



A escolarização urbana e as rupturas e ressignificações simbólicas na estrutura familiar camponesa

Urban schooling and symbolic ruptures and resignifications in the peasant family structure

Matheus Lucio dos Reis Silva *

José Paulo Pietrafesa * 

Resumo

O presente artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida no Projeto de Assentamento (PA) Salvador Allende, localizado no município de Porangatu-GO, Norte do estado, durante os anos de 2019 e 2020, que analisou os reflexos dos processos urbanos de escolarização de adolescentes e jovens residentes nos espaços rurais. Tendo como objetivo refletir como a escolarização urbana desses atores sociais, egressos das escolas, realizaram rupturas culturais nas produções de sentidos, em decorrência da vivência urbana. Tal ruptura, por sua vez, produziu um esvaziamento de adolescentes e jovens dos espaços rurais, interferindo nos sistemas de vivências do campesinato, substituindo-a por uma racionalidade urbana, impactando diretamente na reprodução social familiar destes assentados. Como herdeiros que se negam a herdar a terra, os adolescentes e jovens egressos, em sua grande maioria, não desejam viver no campo, ampliando o histórico êxodo do campo, impactando desde os sistemas de produção camponeses aos movimentos sociais de lutas do campo. Essa disjunção simbólica geracional tem na escolarização urbana, o seu locus de produção. A metodologia de pesquisa percorreu dois caminhos: revisão de literatura e aplicação de questionários com jovens egressos das escolas urbanas, que atende à população rural.

Palavras-chave: movimentos sociais; campesinato; juventude rural; Antropologia Rural.

Abstract

This article is the result of a research developed in the Salvador Allende settlement, in the municipality of Porangatu-GO, Brazil, during the years 2019 and 2020, which analysed the effects of urban schooling processes for adolescents and young people living in rural areas. The objective is to reflect on how the urban schooling of these social actors, who

* Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação. Goiânia, GO, Brasil.
E-mails: matheuslucio@discente.ufg.br, jose_pietrafesa@ufg.br

graduated from schools, made ruptures cultural effects in the production of meanings as a result of the urban experience. This rupture, in turn, produced an emptying of adolescents and young people from rural spaces, interfering in the living systems of the peasantry, replacing it with an urban rationality, directly impacting the family social reproduction of these settlers. As heirs who refuse to inherit the land, the adolescents and young people who have egresses do not want to live in the countryside, expanding the historical exodus from the countryside, impacting from peasant production systems to social movements of rural struggles. This generational symbolic disjunction has urban schooling as its locus of production. The research methodology followed two paths: literature review and application of questionnaires with young people from urban schools that serve the rural population.

Keywords: social movements; peasantry; rural Youth; Rural Anthropology.

Introdução

A formação social brasileira, em sua raiz histórica, possui uma distribuição desigual de terras, em consequência de sua acumulação pela elite agrária nacional (Martins, 1981). O processo de acumulação de capital representa o marco da desigualdade estrutural da sociedade brasileira, que ainda hoje deixa marcas no movimentar da História, sendo uma dívida do passado com o presente, indicando a necessidade de reconquista das terras de uso camponês (Pietrafesa, 2016).

Analisando os modos de produção da elite agrária nacional, em contraposição aos modos de produção camponesa, observa-se os diferentes estratos sociais, representando distintos projetos e constituições de sujeitos. Por sua vez, os conflitos e confrontos realizados pelos movimentos sociais de luta pelo acesso à terra demarcaram - e ainda continuam demarcando - as contradições e divergências de interesses de classe presentes no campo. Usurpados pelo capital agrário, restou aos camponeses se refugiarem nos setores marginalizados das cidades ou moldarem-se ao assalariamento capitalista no campo, representando a (re)produção de novas formas de exploração (Martins, 1997).

Neste processo, à medida que os camponeses foram expropriados pelo capital, eles também o utilizaram de algum modo, apresentando uma dubiedade da interpretação da classe camponesa que ao mesmo tempo: a) rivalizava com os interesses do capital, quase sempre na medida que este os impedia de se realizarem enquanto sujeitos, como também b) confluiu com o modo de produção dominante de diferentes modos e aspectos.

A dubiedade dos camponeses enquanto classe não exclui o fato de que os movimentos sociais rurais representaram — e continuam representando — sólidas e importantes ações de resistência, confrontos e recampanização de espaços rurais (Van Der Ploeg, 2008; 2016). Com um intenso desejo de possuir a própria terra, negada pela formação histórica e conflituosa do país, eles se organizaram, ao longo de várias décadas, para lutar pelo acesso, uso e posse da terra.

A *luta* pela terra, enquanto ação, desvela conflitos sociais de sujeitos históricos. Refletindo a relação entre a *luta* e a produção identitária em um Projeto de Assentamento (PA), no Norte do Estado de Goiás, Silva (2018) salientou o vínculo desta com a produção identitária. Para o autor, a centralidade da *luta* apresenta a consciência de condição de classe expropriada, em contraposição a uma classe dominante detentora das terras, que na região estudada, conforme os dados das entrevistas, salientam ainda mais esta dicotomia.

Se a *luta* desvela a condição de classe nos movimentos sociais do campo, a escolarização urbana de crianças, adolescentes e jovens assentados, por outro lado, realiza intensas modificações e rupturas nas produções de sentidos entre a família camponesa e seus filhos (Silva, 2021). Os longos anos de vivência nos movimentos sociais, em situação de acampados, representou um importante processo educativo de formação de valores sobre o *campesinato* (Woortmann, 1990) e a escolarização urbana destes sujeitos representa um choque, pela oposição desta, com os valores camponeses familiares.

A escolarização das populações do campo, de acordo com Silva (2021) foi historicamente condicionada, *sine qua non*, pela elite agrária e suas respectivas concessões às classes subalternas. Dessa forma, este artigo analisa, a partir das vivências dos sujeitos que compuseram esta pesquisa, como estas concessões foram estabelecidas, apresentando sua relação com a manutenção da estrutura agrária, não alterando sua hierarquia. Buscar-se-á, portanto, primeiro apreender a constituição histórica destes processos, para assim analisar as relações sociais e simbólicas, que eles (re)produzem.

Para a produção deste artigo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com adolescentes e jovens do Projeto de Assentamento Salvador Allende, no município de Porangatu-GO, nos anos de 2019 e 2020. Foram selecionados aqueles que estavam, à época, cursando o Ensino Médio e os egressos desta etapa. Tais entrevistas tiveram como elementos de análise refletir: a) como estes sujeitos localizam-se frente ao movimento

histórico de sua família; b) como se projetavam no futuro; e se c) a escolarização urbana teria representado algum conflito e/ou contradição com a vivência familiar camponesa?

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre: 1) o local e o tipo de residência atual; 2) sobre sua ocupação e suas condições de realização; 3) a escolaridade atual e o desejos futuros de continuar, se houver; 4) planos e medos para o futuro; 5) desejo de retornar ou permanecer na terra; 6) sobre o imaginário de como foi a infância, as vivências e simbolismos no/do assentamento; 7) dificuldades e preconceito relacionados a sua condição de assentado; 8) o significado e a função da escola e o trajeto para a mesma.

Para adensar as reflexões, a partir das entrevistas, observou-se que os conflitos vividos ao longo das trajetórias familiares, representaram um importante elemento simbólico para a construção de suas identidades. Este caminho de desvelar estes conflitos e como eles estabeleceram relações simbólicas em suas vidas, apresenta um movimento histórico que ultrapassa gerações.

Dentre os tensionamentos apontados na pesquisa, a saída dos adolescentes e jovens do Projeto de Assentamento Salvador Allende para a cidade, revelou uma importante reflexão à cerca da continuidade da reprodução social no assentamento. Do total de vinte jovens egressos do Ensino Médio, até meados de 2020, somente um permaneceu na terra. Já entre os adolescentes entrevistados, em sua grande maioria, apontaram o desejo de migrar do assentamento, ratificando as preocupações dos assentados sobre a permanência na terra e a reprodução social, seja da família ou do sistema de produção camponês.

Os dados produzidos apresentaram como importante elemento analítico, a ruptura de significados entre as famílias camponesas e os jovens, processo este mediado pela escolarização urbana. O afastamento do meio rural e o não desejo de dar continuidade ao modo camponês de organização social simboliza, em parte, um rompimento na continuidade da reforma agrária dos movimentos sociais de luta pela terra. Incorporados à lógica do mercado a partir das mediações, concessões e vivências pela escolarização urbana, estes sujeitos realizaram a (re)produção de uma lógica de pensamento distinta da ordem moral camponesa (Woortimann, 1990), configurando uma esquizofrenia entre significado e significante (Jameson, 2002).

Os movimentos sociais e a constituição do assentado

O continente Europeu, palco de grandes e importantes conflitos sociais, vivenciou, ao longo de sua história, o nascimento e a morte de diversos movimentos sociais. Mouriaux (2008), apresentou uma trajetória desses movimentos, demarcando a cooptação de alguns pelo Estado, ao longo do percurso histórico. Não obstante, o autor também ressaltou um afastamento dentro dos movimentos sociais do conceito de classe social. A não identificação como classe e o surgimento de pautas fragmentadas, levaram, em sua perspectiva, a um enfraquecimento dos movimentos sociais na Europa, principalmente a partir dos anos de 1990.

Historicamente no Brasil, os movimentos sociais das classes subalternas, apesar de existirem desde o período colonial, com as revoltas indígenas e de negros escravizados, só vão ganhar maior densidade, posteriormente. Isto possibilitou, que a elite construísse um grande poder de articulação e organização, para reproduzir as desigualdades da estrutura hierárquica da sociedade. Sobre isto, Ianni (2004, p. 10) apontou que “[...] a expansão acelerada da cafeicultura ao longo do Oeste paulista; o declínio final do regime de trabalho escravo; a aceitação, generalização e valorização positiva do regime de trabalho livre; a imigração de trabalhadores europeus [...], para trabalhar nos cafezais”, representou importantes elementos para a expansão do capitalismo no mundo agrário, que mais tarde viria a ser a consolidação do latifúndio brasileiro. Para Pietrafesa (2016, p. 114) “[...] as disputas pela terra são ações políticas que colocam em evidência as diferenças, distorções e concentração de riquezas, além de estabelecer conflitos ideológicos colocando, na ordem do dia, possíveis quebras de hegemonias”.

Dado a desigualdade no processo constitutivo da estrutura social brasileira, a formação dos movimentos sociais implicou em outros importantes aspectos que perpassaram sua formação. Discutindo o caráter formativo dos movimentos sociais Scherer-Warren (1987, p. 8-9) salientou que “[...] as relações sociais são mediadas por relações de poder [...]”, assim os agrupamentos sociais têm por finalidade “[...] superar alguma forma de opressão”. Em consonância, Melucci (1989) discutiu diferentes aspectos para a ação coletiva, representando a manifestação de crenças e orientações compartilhadas, como desfecho de uma crise econômica e/ou uma desintegração social.

Durante o processo de interpretação dos movimentos sociais é fundamental investigar as relações internas e externas que sintetizam a ação dos sujeitos participantes, uma vez que ao compreender a *práxis*, o projeto, a organização e a ideologia de um movimento, se desvelam as relações sociais em conflito e quais as relações de poder envolvidas (Scherer-Warren, 1987).

Os movimentos sociais do campo localizam-se frente a uma estrutura agrária latifundiária, sempre atuante na tentativa de ampliar seu monopólio da terra. Neste cenário, os dados referentes ao êxodo rural e a ampliação das periferias urbanas andam em conjunto, demarcando a continuidade de um fluxo migracional, originado pela desigualdade e que culmina por produzir novas situações de desigualdade a partir da migração e formação de regiões periféricas nas cidades. Ao mesmo tempo, que o êxodo rural representou a concretização da concentração de posse das terras, ele também aponta para a manutenção da desigualdade na cidade. Neste caldeirão de conflitos, interesses e disputas historicamente consolidaram forças antagônicas, fortalecendo de um lado os movimentos sociais de luta pela terra e de outro, a organização latifundiária.

Em seu livro, Oliveira (1994) realizou um importante trabalho histórico da Geografia das Lutas no Campo no Brasil, destacando as resistências, conflitos e, especialmente, a violência na repressão aos movimentos sociais do campo. Ademais, Fernandes (2012) destacou a importância de uma leitura socioterritorial e socioespacial dos movimentos sociais no campo, (re)afirmando o papel do território e do espaço na leitura dos acontecimentos sociais¹.

Os movimentos sociais do campo sempre foram marcados, no processo histórico, por muito sangue derramado. Nos quilombos, nas lutas de Canudos, do Contestado, dos colonos nas fazendas de café, nas lutas de meados do século XX - com destaque para os conflitos em Trombas e Formoso -, nas disputas de terra no Paraná, nas ligas camponesas, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e outros movimentos sociais recentes. Estes não foram suficientes para finalizar as demandas dos povos rurais em seus respectivos momentos históricos, apesar de terem sido muito importantes, concretizando

¹ Para uma visão mais ampla sobre luta pela terra no Brasil ver: Stedile, J. P. (org). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. v. 7. São Paulo: Editora Expressão Popular, São Paulo, 2013. Ver também CPT Nacional em seu site <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil> pois encontra-se ali o conjunto dos Cadernos “Conflito no Campo Brasil”, com vastas análises sobre o tema.

avanços e conquistas. Por outro lado, isto também indica, que a resistência da elite latifundiária brasileira sempre foi muito atuante e organizada. Stedile e Fernandes (2001) analisaram, a partir da trajetória do MST e de outros movimentos sociais de luta pela terra, como as disputas no campo revelam aliados e antagonistas dentro e fora dos próprios movimentos, como também no aspecto político.

Ao refletir sobre as forças produtivas e o conhecimento camponês das fazendas no Sudoeste Goiano, Motta (1982) fez uma análise das primeiras décadas do século XIX até a década de 1970. Em seu estudo, a autora apontou que no processo de implementação da grande fazenda goiana houve alterações nas relações e práticas camponesas que circundavam este espaço. Uma delas foi a integração das grandes fazendas ao mercado. Se anteriormente, a produção destas fazendas era realizada pelos agregados, destinando-se, principalmente, para consumo, após este período ela foi, totalmente, vinculada ao mercado, tendo como principal finalidade, a exportação da produção.

Como apontou Motta (1982), tanto a agricultura como a pecuária, modificaram suas estruturas produtivas, para se especializar na exportação. Neste processo, os agregados se tornaram assalariados e sua relação com a terra do fazendeiro foi alterada, levando à restrição da área de uso na produção de alimentos. Tais fatos, também, alteraram significativamente, a reprodução dos conhecimentos camponeses tradicionais. Com a alteração das relações sociais entre fazendeiros e agregados e destes últimos com a terra, através do aumento da área de exploração e assalariamento, houve, neste período, intensos processos migratórios do campo para a cidade.

A implementação da agricultura de mercado, por sua vez, representou uma importante barreira, na reprodução dos conhecimentos tradicionais camponeses. Como resultado deste processo, bem como das transformações das relações de produção no campo brasileiro, os recentes movimentos sociais de luta pela terra surgiram no país, a partir deste contexto. Com uma estrutura de organização e funcionamento em rede, tais movimentos obtiveram importantes avanços na ampliação no número de Projetos de Assentamentos no país no final do século XX e início do século XXI.

Estes movimentos, fundados a partir da expulsão do campo por uma elite agrária organizada e tecnicada, levou a intensos processos de resistências e formação identitária. Para Figueiredo e Pinto (2014), a dupla vivência enquanto acampado e assentado representa a efetivação de uma identidade, construída pelas especificidades de

cada etapa. Os assentados representam a sua posse da terra, através da oposição simbólica entre ser assentado e ser fazendeiro, tendo nesta alteridade, a base de sua concepção enquanto classe. Como destacaram Marchetti *et al.* (2020), a agrobiodiversidade é um elemento fundante da cultura camponesa, destacando o seu papel nos assentamentos, realizando a oposição com o monocultivo realizado pelos fazendeiros, efetivando a negação da agrobiodiversidade.

Para além de apresentar uma representação de sentido atribuído, esta passagem elucida como esta alteridade, desvela conflitos de classe. Dessa forma, a *luta* vivida pelos assentados representa a luta de classes através da resistência, podendo ser concebida a partir de duas concepções: a) as dificuldades durante as ações de conquista das terras, seja pela burocracia dos procedimentos, bem como a fome, sede, moradia e outras adversidades; e/ou b) como meio da repressão do Estado e dos fazendeiros, e, pelo preconceito presente na sociedade urbana, representando a violência física ou emocional (Silva, 2018).

Este último aspecto, por sua vez, destaca como a violência física e emocional vivida pelos assentados, ao longo de sua jornada, durante e após o processo de conquista da terra, salienta cicatrizes do processo de luta. Se para os assentados tais cicatrizes se constituíram como parte de um processo de desocultamento das lutas de classe, mostrando a importância de ocupar, resistir e produzir, para se firmar enquanto uma classe perante outra. Para os(as) filhos(as) destes assentados, as mesmas cicatrizes revelam distintas significações, produzindo, ao contrário, um desejo de abandono do campo, impactando diretamente na reprodução social camponesa no assentamento.

Reprodução camponesa no Projeto de Assentamento Salvador Allende: entre o *campesinato* e a escolarização urbana

O *campesinato* enquanto ordem moral, conforme analisado por Woortmann (1990), apresenta a cultura camponesa não somente enquanto um conjunto de práticas e de um modo de viver no campo, mas, para além disso, versa sobre o aspecto valorativo que fundamenta este modo viver. Para constituir este conceito, o autor apresenta três categorias fundantes: O *trabalho*, a *terra* e a *família*. Em seu trabalho etnográfico, o autor reflete o *trabalho* como o meio de realização camponesa, a *terra* como a relação do sujeito com a natureza e local do trabalho, de modo que sem a *terra*, não há *trabalho*. Por fim, a *família* representa a unidade de produção do *trabalho* e de efetivação da *terra*.

No Projeto de Assentamento Salvador Allende, local desta pesquisa, os valores produzidos a partir destas categorias aglutinam-se às práticas materiais e simbólicas vividas pelos assentados em seus processos de *luta*. Durante as entrevistas realizadas com os(as) jovens egressos do Ensino Médio, filhos(a) dos(as) assentados(as), buscou-se analisar como estes sujeitos concebiam o *campesinato*, para assim refletir o processo de transmissão destes valores e as possíveis causas de ressignificações que poderiam ter ocorrido. Ao mesmo tempo, isto possibilitaria analisar a reprodução social camponesa no assentamento, não a partir de uma lógica de continuar ou não trabalhando na terra, mas sim para analisar a reprodução dos valores, da concepção de mundo. Ademais, no caminho desta reflexão, as diferenças entre as vivências de pais e filhos(as) se mostraram um importante elemento de análise.

Como será apresentado, os valores, práticas e saberes camponeses para os adolescentes e jovens entrevistados foram construídos em meio a suas vivências. A relação com a cidade, o preconceito e as dificuldades irão constituir oposições as representações familiares, ainda que algumas possam ter se mantido. Nas entrevistas a reafirmação da existência de uma qualidade de vida relacionada com o contato direto com a natureza, reforça que parte dos valores camponeses familiares permaneceram. O esforço, por sua vez, era entender as diferenças e a partir do que elas foram (re)produzidas.

Neste caminho, a relação entre o estudo e o trabalho representou um importante elemento analítico. Historicamente, o trabalho sempre teve maior importância na cultura camponesa do que o estudo (Brandão, 1983). Não por acaso, os pais dos jovens entrevistados relataram terem trabalhado no campo durante toda a sua infância, representando uma maior importância do que os estudos. Isto se deve a dois principais elementos: a) a falta ou dificuldade de acesso/permanência à escola; b) a necessidade do trabalho familiar para subsistência da família.

Por outro lado, os adolescentes e jovens entrevistados vivenciaram uma ruptura com este processo histórico. Tendo na escolarização sua prioridade, o trabalho na terra tornou-se uma atribuição secundária na rotina destes sujeitos. Se de um lado, a prioridade da escolarização dos jovens se deu pela alteração destes elementos, por outro é necessário apontar, que a obrigatoriedade da escolarização é uma conquista recente na história brasileira. Até 1971 havia a necessidade de quatro anos de estudos, posteriormente

ampliando-se para oito anos, configurando todo o Ensino Fundamental. Somente após a Emenda Constitucional nº 59/2009 o Ensino Médio e a Educação Infantil tornaram-se obrigatórios. Dessa forma, o pouco tempo de estudos dos pais e avós dos adolescentes e jovens entrevistados se relaciona diretamente, com as políticas públicas de produção de acesso e permanência na escola.

Apesar da efetivação destas políticas públicas no meio urbano, o meio rural historicamente vivenciou, o fechamento de escolas. No ano de 2019, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, haviam seis escolas rurais no município de Porangatu-GO. Entretanto, elas se localizavam em distritos pertencentes ao município e não há nenhuma mudança curricular e/ou pedagógica específica às populações do campo. Em geral, estas escolas atendem os(as) filhos(as) de trabalhadores rurais ou dos(as) moradores(as) destes pequenos povoados.

Para as populações de assentamentos, são ofertadas as escolas urbanas, ou seja, aquelas localizadas no perímetro urbano do município. Dessa forma, com assentamentos localizados a mais de trinta quilômetros da cidade, estes jovens realizaram, durante toda a vida escolar, um grande deslocamento. No assentamento que compõe esta pesquisa o deslocamento se inicia às 10:30h para chegarem à escola por volta das 13:00h. Para o retorno, eles(as) saem por volta de 17:30h para chegarem em suas casas às 20:00h, aproximadamente.

Exaustos do deslocamento e dos estudos, os pais relataram que as crianças e adolescentes costumavam dormir cedo, tanto pelo cansaço, como também para, no dia seguinte, acordar e fazer as atividades escolares, antes de recomeçar a rotina de deslocamento. As dificuldades impostas pelo transporte para a efetivação da escolarização urbana, representa um importante problema vivido pelas populações do campo no Brasil (Santos, 2021).

A rotina das crianças e adolescentes do Projeto de Assentamento Salvador Allende, no período da manhã, se desdobra, na realização de atividades escolares, *ajuda* aos pais e na preparação para o transporte. Dessa forma, a *ajuda* se efetiva, para estes sujeitos, na mais próxima realização das práticas camponesas, materializando-se em alimentar os animais e cuidar das plantas do quintal. De acordo com as entrevistas realizadas e pelos relatos dos pais, tais atividades são vistas pelos(as) filhos(as) como “perca de tempo”, demarcando a pouca significação que estas práticas possuem.

A escolarização urbana, portanto, realizou importantes modificações dentro da organização social camponesa. Apesar disto, a escolarização é reconhecida pelos pais como um caminho para acessar uma vida melhor, principalmente na vida urbana. Assim, como salientaram Bourdieu e Passeron (1982), há uma Ação Pedagógica (AP) familiar e outra Ação Pedagógica escolar, neste caso, a AP familiar realiza uma legitimação da AP escolar. Dessa forma, a família reconhece a autoridade da escola frente a escolarização/educação dos filhos, demarcando que estudar é mais importante do que aprender a trabalhar no campo. Desvelar o movimento desta legitimação é observar o seu movimento no tecido histórico.

Durante as entrevistas os pais relataram, em sua grande maioria, possuem baixa escolarização, aliada com episódios de evasão escolar, em função da prioridade do trabalho na roça, movimento este, também, vivido por seus pais, implicando uma situação que perpassou diferentes gerações. Ao migrarem para a cidade, seja pela expulsão por pressão do latifúndio, ou pela falta de políticas públicas de educação, transportes e saúde, ou pela inviabilidade de permanecer no campo, eles vivenciaram situações de dificuldades proporcionadas pela baixa escolaridade. Tais situações despertaram nestes sujeitos o desejo de: a) ou retornar ao estudo, para aqueles que tiveram condições e oportunidade de o fazerem, representando somente a minoria dos casos; b) ou de proporcionar ao(s) filho(a)(s) as condições e oportunidades de estudar(em).

Nestes relatos dos pais sobre suas vivências urbanas, foi possível demarcar uma dicotomia entre a vida urbana e a vida no campo, e, como elas constituem diferentes práticas e valores. O seguinte relato possibilita compreender como esta dicotomia se manifesta e sua demarcação nos(as) assentados(as), salientando as especificidades destes sujeitos perante as demais populações do campo:

[...] melhor viver aqui na roça com o mínimo do que viver na cidade, porque ali talvez não consiga emprego e moradia, e o dinheiro que vendo aqui, talvez não consigo comprar uma casa lá. Aqui no campo você tem uma vida melhor, respira um ar melhor, uma água de qualidade, tudo isso soma, to longe da cidade. As vezes minhas irmãs falam para minha filha: “porque você não vem pra cidade, está perdendo tempo aí”. Não está perdendo tempo sabe, isso aqui é dela, se não quiser estudar mais, não estuda, mas eu quero que ela estuda, aqui ela não está perdendo, essa é a casa dela, a herança dela, pra eu passar pros meus filhos e netos. Também não acho, que quem está na cidade está perdendo (Silva, 2018, p. 70-71).

Não obstante, este período de vivência urbana dos assentados, também, legitimou práticas/valores urbanos, inserindo-os nos *modos de fazer* (Certeau, 2014) destes sujeitos. As entrevistas realizadas com os jovens egressos do assentamento apresentaram a continuidade deste movimento de legitimação e inserção de práticas/valores urbanos. Esta conjugação entre os valores urbanos e os valores rurais fundamenta a concepção de “rurbano” (Carneiro, 1998), salientando que o espaço urbano também se configura como local de vivência e, portanto, de absorção de valores e concepções de mundo, desejos e sonhos.

Os jovens egressos do Projeto de Assentamento Salvador Allende dividiam-se em um grupo que migrou para a área urbana do município de Porangatu-GO, e outros que migraram para outros municípios do Estado. Dos vinte jovens egressos, nove permaneceram em Porangatu; quatro migraram para o município de Goiânia-GO; três para Trindade-GO; dois para Aparecida de Goiânia-GO; um para Itumbiara-GO e um para Guapó-GO. Deste total, aceitaram participar da pesquisa nove indivíduos, sendo cinco homens e quatro mulheres, possuindo entre 20 e 29 anos de idade, na data da entrevista.

Atualmente residindo na área urbana dos municípios de Porangatu-GO, Goiânia-GO e Trindade-GO, os participantes da pesquisa, em alguns casos, já haviam mudado entre diferentes municípios. Os dois principais motivos da migração, segundo os(as) entrevistados(a), foram a busca de trabalho e a ampliação da formação/qualificação, para uma melhor inserção no mercado de trabalho urbano. As condições de trabalho na cidade foram classificadas pela maioria dos(as) entrevistados(as) como parciais, por vezes vivenciaram más condições de trabalho e em outras, boas condições. Os elementos que identificam os trabalhos como bons ou ruins são a remuneração, a carga horária, a qualidade do ambiente de serviço, a relação com o patrão e a identificação com o serviço realizado.

Todos os(as) entrevistados(as) possuem origens camponesas em suas ascendências familiares materna e paterna, possibilitando observar os movimentos históricos da escolarização no decorrer das gerações familiares. Sobre a escolarização dos avós têm-se uma predominância de analfabetos, semianalfabetos e alguns que começaram o Ensino Fundamental I, mas não concluíram. No caso dos pais, dos jovens entrevistados, há um salto na escolarização, não havendo analfabetos e tendo eles, em grande parte, finalizado o Ensino Fundamental II. E quando observamos a escolarização dos jovens, o menor grau é o Ensino Médio completo, tendo entre eles quatro, que estavam cursando ou já haviam terminado o Ensino Superior. Além disso, há uma

predominância na realização de cursos técnicos/profissionalizantes, sem terem, em sua maioria, relação entre a temática do curso e as práticas camponesas, mas com a qualificação para os trabalhos urbanos.

Dentre todos os entrevistados, somente dois disseram ter interesse em morar no campo. Entretanto, ao apontarem sua projeção de trajetória de vida pessoal e profissional, este objetivo não é uma prioridade. Apesar de haver um direcionamento para a vida urbana, isto não elimina a percepção de suas contradições. Mesmo se esforçando para migrar para a cidade, os jovens, em sua maioria, afirmaram que a vida no campo era melhor que a urbana, contudo, não enxergavam oportunidades de permanência.

A falta de perspectiva em permanecer no campo é demonstrada quando explicitam: a) as dificuldades produtivas no assentamento, b) o pouco espaço de ação dentro da organização familiar, vide a posição do *pai* como detentor das estratégias de produção (Woortmann; Woortmann, 1997); e c) a falta de conhecimento dos *modos de fazer* camponês.

O sistema escolar urbano (estrutura física, formação de professores, atuação das direções das escolas, tipo de alimentação etc.), atua de modo direto no exercício das práticas camponesas, dado que: 1) a rotina camponesa é, fisicamente, mais desgastante que a urbana; 2) não há nenhuma alteração curricular e/ou didático-pedagógica nas escolas urbanas, que recebem alunos assentados, efetivando, dessa maneira, uma educação urbanizada.

A escolarização urbana, por sua vez, precisa atender às demandas do público urbano. As expectativas que a sociedade atribui à escola perpassa sonhos, desejos e valores. O sentimento de isolamento/exclusão que a escolarização urbana realiza com a cultura camponesa, confirma a ordem moral camponesa, como paralela. Este caráter deslocado demarca que, apesar de estarmos tratando de sujeitos rurbanos (Carneiro, 1998), ou seja, indivíduos que mesclam valores, práticas e desejos urbanos e rurais, há diferenças hierárquicas entre a cultura camponesa e a cultura urbana. Assim, a não vivência dos valores camponeses no assentamento, com a imersão nos valores, práticas, sonhos, desejos e lógicas urbanas de constituição de sujeito e de visão de mundo através da escola, expõem o processo de ressignificação e reordenamento destes elementos. Este conflito resulta no abandono do campo, não como uma migração de um local sem oportunidades, para outro com maiores oportunidades, mas

sim um abandono em sua totalidade, enquanto negação de um ponto de vista econômico e simbólico em detrimento de outro.

Outra justificativa apontada para o abandono do campo, foram as dificuldades no deslocamento do assentamento, para a cidade. Durante as entrevistas, o deslocamento foi lembrado por todos os(as) entrevistados(as) como um aspecto negativo da vida no campo. A poeira, os buracos, os custos, a distância, o tempo perdido eram elementos, que somavam nas dificuldades apontadas. Ao mesmo tempo, o deslocamento, também, evidencia o abandono do poder público frente a estas questões. A ponte prestes a cair que nunca recebe manutenção, foi um relato sempre utilizado, para destacar, que não há interesse em melhorar este aspecto.

Vale destacar, que os episódios de preconceito a que foram expostos na escola ou na cidade, também, se fez presente em todos os relatos. A representação do assentado como sujo, pobre e preguiçoso, através de apelidos e/ou falas proferidas por colegas, professores, diretores, vendedores ou moradores da cidade, são flagrantes de um processo de exclusão social. Em um município onde a cultura do agronegócio se faz presente e latente, os apelidos em referência à vida rural destacam, que não se trata da vida rural em si, mas de qual sujeito. Se o fazendeiro é retratado como riqueza e sucesso, construiu-se para o assentado, uma imagem de pobreza e fracasso.

As justificativas para o abandono do campo não se manifestam de forma isolada e única, como apontado até aqui, pelo contrário, estão visceralmente intrincados em um mecanismo de segregação e exclusão da cultura camponesa, substituindo-a pela cultura urbana/empresarial. Esta ruptura simbólica termina por impactar na possibilidade da reprodução social camponesa, uma vez que ela se torna secundarizada para as próprias famílias camponesas, que atribui à escolarização, o maior destaque. Havendo, portanto, somente a possibilidade de escolarização urbana, cria-se um processo em que a transmissão dos valores camponeses seja inviabilizado, ao mesmo tempo que possibilita que os valores urbanos ganhem espaço e importância. Esta ruptura simbólica, mediada pela escola e pelas dificuldades reprodutivas do campesinato nos assentamentos, demarcam importantes processos e contradições.

A ruptura de significados: impactos na luta camponesa

A ruptura simbólica da cultura camponesa, mediada pela vivência na escolarização urbana, para além de suas implicações na reprodução social no assentamento, revela também importantes contradições e conflitos acerca da educação, em especial da educação de populações rurais e a luta de classes no campo. Refletindo sobre isso, Arroyo (2012) apontou a importância de observar as disputas realizadas através da educação, à cerca de um projeto de campo.

Não por acaso, a ruptura simbólica com a cultura camponesa, realizada pela escolarização urbana, representa a concretização de um projeto de campo burguês. A não reprodução social familiar modifica, diretamente, os *modos de fazer* camponês. Com práticas, historicamente, estruturadas a partir de uma lógica fundada no trabalho familiar, estas modificações alteram de modo significativo, a própria organização do trabalho na terra.

Em contraposição a isto, as propostas de Educação do Campo salientam o reconhecimento da especificidade da cultura camponesa, em seus múltiplos aspectos. Tal proposta de educação incorpora os conhecimentos, saberes e práticas camponesas, enquanto componentes centrais do processo educativo, na construção da aprendizagem e na formação de sentido de mundo. Por outro lado, na Educação Urbana o conhecimento camponês é marginalizado, sendo, por vezes, menosprezado como não detentor de saberes legítimos ou não científicos.

Estes distintos processos educativos revelam diferentes concepções de Educação. Nestes processos, faz-se necessário observar, como destacou Freire (1987, p. 68) que, “[...] ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo [...]”. Dessa maneira, é importante refletir como essa mediação ocorre, em especial porque ela expõe desigualdades constitutivas, no interior destes processos.

Para Arroyo (2012), a escola urbana possui um projeto antipedagógico dos sujeitos do campo, à medida que realiza o ocultamento e marginalização dos saberes e práticas camponesas. Ao não reconhecer a especificidade da cultura camponesa e subjugar-la aos saberes e práticas urbanas, a escola atua de modo a realizar uma ruptura com os símbolos, práticas e saberes advindos das famílias camponesas.

Tal percepção de ruptura, mediada pelo sistema escolar urbano, têm se tornado evidente para os pais dos adolescentes e jovens entrevistados. Preocupados com o futuro de seus filhos, em especial, com a permanência na terra, surge um movimento de resgate da cultura camponesa realizado pelos próprios pais, tendo como finalidade transmitir o conhecimento e os valores camponeses, de modo a possibilitar, que haja herdeiros, querendo herdar a terra.

Em outros casos, o abandono e exclusão escolar originou um movimento de negação do conhecimento escolar em alguns jovens e em alguns pais. Na entrevista com uma mãe assentada, foi relatado o interesse em retirar suas filhas da escola ao concluírem o Ensino Fundamental II. Em suas palavras: “[...] para que estudar tanto? Para depois irem embora? Não! Comprei umas galinhas para elas e estou ensinando elas a viver na roça.”. A decisão de deixar a escola para ensinar a cuidar das criações, representa o reconhecimento, pelo camponês, de que a escola, enquanto instituição de educação, não reconhece as especificidades de sua cultura, ao mesmo tempo que não foi capaz de cumprir a promessa, de acesso a trabalho qualificado na cidade.

Este abandono do campo, produzido entre outras coisas pelo não reconhecimento das especificidades da cultura camponesa, produz os herdeiros que se negam a herdar a terra, ou que a vendem, sem a intenção de viver no campo. A *terra*, por sua vez, representa para os assentados, mais do que o local *sine qua non* do *trabalho*, ela também é a conquista da *luta*.

Historicamente, na cultura camponesa, a *terra* não é representada como mercadoria, mas sim como local de realização do sujeito pelo *trabalho*. Por esse motivo, ao colocar a possibilidade de vendê-la, anuncia o não desejo de se realizar neste local ou a impossibilidade de fazê-lo. A *luta* pela conquista da terra atribuiu uma função simbólica de herança, não como um recurso financeiro, ou pedaço de chão que se herda aos descendentes, mas como a conquista do local de realização pessoal. Neste sentido, os herdeiros que se negam a herdar a terra, anunciam também que não herdaram a terra como meio de realização. Isto também implica na ruptura com a Reforma Agrária, enquanto movimento social, através do fim do desejo de viver no campo, pela luta camponesa, representando uma ameaça à renovação e, conseqüentemente, ao fortalecimento dos movimentos sociais do campo.

Esta dissociação entre significado e significante, entre as gerações no assentamento, ocasionando uma ruptura simbólica, implica na desmobilização e fragmentação destes movimentos sociais, à medida que dificulta a articulação intergeracional (Jameson, 1992). Obviamente, isto não implica o fim dos movimentos sociais do campo no país. Como apontaram Castro (2013) e Carneiro e Castro (2007), a juventude, apesar de todas as dificuldades, ainda apresenta movimentos de resiliência para permanecer no campo. Contudo, a escolarização urbana, conforme os dados aqui apresentados caracteriza um importante movimento na contramão da permanência, uma vez que não só intensifica o abandono rural, como também marginaliza o sujeito no meio urbano (Silva; Pietrafesa; Alves, 2021).

O enfraquecimento e a dificuldade de renovação dos movimentos sociais do campo, frente a uma elite latifundiária cada vez mais organizada politicamente, implica em um horizonte de maiores obstáculos aos movimentos. Contudo, é necessário apontar que os movimentos sociais de classe, de modo geral, vivenciam dificuldades reprodutivas. As transformações da sociedade foram responsáveis por produzirem aquilo que Melucci (1989) classificou como “atores temporários”. Tais atores inserem-se em movimentos sociais que se organizam em redes de movimento, responsáveis por atuarem como (re)definidores de significados, apresentando os novos moldes das lutas sociais. Refletindo sobre esta característica de rede dos movimentos sociais, Barker (2014, p. 9) apontou que eles “[...] consistem em diversos agrupamentos, organizações, indivíduos e assim por diante, entrelaçados de maneira variada em relações de cooperação e (algumas vezes) antagonismo”. Os padrões nos modos de atuação possuem ascensões e quedas, sendo por isto, o motivo da denominação em onda. Tudo isto, para ele, faz parte de uma fragmentação dos movimentos, com o objetivo de obterem “reformas parciais específicas”.

Um exemplo deste processo dentro dos movimentos sociais do campo é retratado por Carneiro e Castro (2007), ao apontarem que os jovens, que ingressaram nos movimentos sociais do campo, ao invés de lutarem por uma pauta geral de Reforma Agrária e etc., estariam mais preocupados, com a implementação de políticas públicas específicas à juventude. Criando, dessa maneira, uma divisão dentro dos próprios movimentos sociais do campo, colocando de um lado os jovens, que lutavam pela implementação de pautas específicas a seu grupo e, de outro, os demais camponeses

que lutavam pela implementação de políticas públicas gerais e que não seriam efetivas aos jovens, na visão deles.

De outro modo, Alonso (2009) apresenta algumas teorias de interpretação dos movimentos sociais, apontando que suas transformações, às quais ela denomina como “adaptações”, tiveram como finalidade, melhor compreender a cena contemporânea. Se inicialmente, os movimentos sociais nasceram na luta por melhores condições materiais, hoje eles se referem a estilos de vida, diversidade de comportamento, símbolos, e etc.

Estas mudanças, também, se relacionam com os desejos e expectativas de uma sociedade capitalista, onde o consumo é uma característica intrínseca. A identidade e a vida social tornaram-se sinônimo de consumo e, portanto, lutar por pautas identitárias e culturais, é lutar pelo consumo delas.

A oposição da cultura camponesa frente a estas questões, foram reveladas através dos relatos dos pais, sobre as suas vivências na cidade. Neste período, foi relatado um “estranhamento do trabalho” (Marx, 2009), através do não reconhecimento de si nos trabalhos urbanos. Este estranhamento foi o intensificador do ensejo em retornar à terra, sendo o motivo de ingresso nos movimentos sociais, de luta pela terra.

Por outro lado, os relatos dos adolescentes e jovens entrevistados nessa pesquisa, revelam um caminho diferente, dado que é no trabalho realizado no campo, que eles vivenciam o “estranhamento do trabalho”. A vivência urbana, mediada pela escolarização, foi responsável por produzir uma racionalidade distinta da camponesa.

Se o campesinato pode vir a ser um modelo de superação do capital (Ianni, 2016), os adolescentes e jovens egressos do assentamento, por outro lado, ingressaram na racionalidade do capital. Não por acaso, ao abordarem as condições de trabalho, mesmo havendo contradições com a mais-valia absoluta (Marx, 1980b), experiência proporcionada pelos empregos, tais sujeitos naturalizavam tais práticas, ampliando-a, posteriormente, para constituir uma lógica empresarial de si próprios, uma característica do neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016), transformando os cursos e diplomas obtidos como mercadoria para o trabalho. Por isto, eles transformaram a si próprios, em mercadoria, para obter um valor-de-uso (Marx, 1980a) dentro do mercado de trabalho.

É preciso estabelecer que este processo de mercantilização da educação e dos sujeitos não pode ser delegado, exclusivamente, a escolarização urbana. Em consequente mediatização com a cidade, parte da legitimação desta racionalidade capitalista advém da

própria família camponesa, que participa deste processo. Mesmo carregando um modelo de superação do capital, isto não implica que ela esteja fora ou ausente de processos de alienação, ao contrário, enquanto classe, os camponeses sempre carregaram a dubiedade de representarem um projeto contra hegemônico, como também serem, por vezes, subservientes a lógica do capital. Neste sentido, a escolarização urbana, frente a educação do campo, representa a realização de um projeto de campo burguês, ao mesmo tempo, que inviabiliza a reprodução social camponesa nos assentamentos.

Considerações finais

Refletindo as modificações na produção de sentido entre a família camponesa e os(as) filhos(as), observou-se uma disjunção de significados e, para além disto, de uma racionalidade camponesa experienciando contradições. Neste caminho, o esvaziamento das práticas e valores camponeses, nas novas gerações do campo, representa um processo de ruptura cultural, impactando diretamente na reprodução social, através da reprodução de uma racionalidade empresarial/neoliberal, advinda pela mediatização urbana, atribuindo à vida camponesa a característica de atrasada, pois não consegue produzir os bens materiais de consumo desejados.

Neste sentido, a escolarização urbana, em contraste com a Educação do Campo, realiza um processo educativo para formar cidadãos urbanos (que está na raiz de sua lógica), por isto, ao não reconhecer a especificidade camponesa e não promover nenhuma mudança curricular e pedagógica que atenda este público, a escola produz uma ruptura simbólica entre gerações, implicando na dificuldade de renovação, e conseqüentemente de ação, dos movimentos sociais do campo, ao longo do tempo.

Deste modo, a escolarização urbana, representa uma contradição direta na reprodução familiar camponesa, ao mesmo tempo em que realiza uma ressignificação simbólica, promovendo indiretamente o êxodo rural pelo “sucesso” do processo de escolarização, inviabilizando a reprodução familiar. Interessados em realizar cursos técnicos voltados para o trabalho urbano, os adolescentes e jovens egressos desejam viver na cidade, pela não identificação com as práticas e valores camponeses.

O sistema educacional, urbano ou rural, é fundamental para o desenvolvimento humano dos sujeitos envolvidos neste processo. A questão levantada neste artigo foi

refletir como a formação política e ideológica, que se consolidou no sistema educacional nacional, tendem a levar a juventude a perceber os espaços urbanos como privilegiados, melhores que os rurais, mantendo o esvaziamento das escolas no campo, o enxugamento do número de famílias camponesas, contribuindo na falta de trabalhadores no campo, produzindo, por outro lado, um exército de mão de obra reserva, desempregada, com baixas remunerações, nos centros urbanos. O círculo vicioso, de mais de um século, de abandono das políticas públicas para os espaços rurais se consolidam. As ações dos movimentos sociais rurais para criação de projetos educacionais alternativos, através das propostas de Educação do Campo sinalizam que existem potenciais para romper com os descasos deliberados das elites governantes, para com as famílias camponesas.

Referências

ALONSO, Â. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76. São Paulo, p. 49-86, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>. Acesso em 21 jul. 2023.

ARROYO, M. G. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. **Trabalho & Educação**, v. 21, n. 3, p. 81-93, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9092/6534>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BARKER, C. O movimento como um todo: ondas e crises. **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-22-Artigo-01.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BOURDIEU, P.; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRANDÃO, C. R. **Casa de Escola: Cultura camponesa e educação rural**. Campinas: Papirus, 1983.

CARNEIRO, M. J. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, p. 95-117, 1998.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, [S. l.], n. 6, p. 24–34, 2012. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460> Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em: 29 mar. 2024.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 562-571, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300005> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ykySVmhYVqbS5xLY7TrtRmh>. Acesso em: 29 de mar. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IANNI, O. A utopia camponesa. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

JAMESON, F. Periodizando os anos 60. in: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo**: A lógica cultural do capitalismo tardio, Tradução de Maria Elisa Cevasco, 2 ed., 3ª impressão, São Paulo: Editora Ática, 2002.

MARCHETTI, F. *et al.* Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 284-311, jun./set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-2>

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes, Petrópolis, 1981.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, K. A Mercadoria. In.: MARX, K. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. São Paulo: DIFEL (Difusão editorial S/A), 1980a.

MARX, K. Produção da mais valia absoluta e da mais valia relativa. In.: MARX, K. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. São Paulo: DIFEL (Difusão editorial S/A), 1980b.

MARX, K. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Editora Expressão popular, 2009.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, p. 49-66, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/g4ySjtRNsbjW73tXTR4VNNs/?format=html&lang=pt>.
Acesso em: 21 jul. 2023.

MOTTA, M. V. Conhecimento camponês e forças produtivas: a fazenda goiana. **Anuário Antropológico**, v. 6 n. 1, p.157-163, 1982.

MOURIAUX, René. O movimento social europeu entre sucessos parciais e impotência. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.26, p.91-104, 2008. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo149artigo5.pdf.
Acesso em: 22 jul. 2023.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PIETRAFESA, J. P. Protagonismo camponês e a reforma agrária no Brasil: processos educativos e desafios aos movimentos sociais. In: ALVES, W. F.; MACHADO, M. M. (org.). **Trabalho e saberes**: questões e proposições na interface entre formação e trabalho. Campinas (SP): Editora Mercado das Letras, 2016, v. 1, p. 113-152.

SANTOS, D. R. dos. **Transporte escolar rural**: uma discussão sobre eficácia e eficiência a partir do Plano Nacional de Transporte Escolar – PNATE. Especialização (Especialização em Ensino de Humanidades), IFGoiano, Campus Campos Belos. 2021. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1983/1/mon_esp_Durcilene%20Rodrigues%20dos%20Santos.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editorial da UFSC. 1987.

SILVA, M. L. R. “**Melhor viver aqui na roça com o mínimo do que viver na cidade**”: As (Re)Significações do Campesinato no Assentamento Salvador Allende (Porangatu-GO). Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas). Universidade Estadual de Goiás, Porangatu, 2018.

SILVA, M. L. R. **Onde terminam as cercas?** Escolarização e organização social camponesa em Porangatu-GO. 2021. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

SILVA, M. L. dos R.; PIETRAFESA, J. P.; ALVES, M. F. Juventudes rurais: a inclusão excludente na educação urbana. **Revista Baru** - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, Goiânia, Brasil, v. 7, n. 1, p. 21, 2021. DOI: 10.18224/baru.v7i1.9251. DOI: <https://doi.org/10.18224/baru.v7i1.9251> Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/e9251> . Acesso em: 14 set. 2023.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

STEDILE, J. P. (org). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. v. 7. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo: UNESP, Porto Alegre: UFRGS, 2016.

WOORTMANN, K. Com parentes não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, 87. Brasília, UnB, 1990.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, UnB, 1997.

Recebido em 14/11/2023. Aceito para publicação em 22/03/2024
